

Esporte, Lazer e Juventude

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado

Considerando as disposições do artigo 5º da Lei Federal 8.666-93 atualizada pela Lei Federal 8.883-94, indicamos a seguir os pagamentos necessários ao desenvolvimento das Unidades Gestoras da Pasta que devem ser providenciados de imediato, visando assegurar condições para realização dos programas desta Pasta bem como o apoio administrativo, cujo não cumprimento implicará prejuízos de ordem interna e externa.

PDS a serem pagas
410001
Data: 2-2-2011

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
410101	2011PD00052	16.961,02
410101	2011PD00097	3.669,07
410101	2011PD00098	221,94
410101	2011PD00142	528,01
410101	2011PD00149	4.500,00
	TOTAL	25.880,04

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
410103	2011PD00094	3.624,21
410103	2011PD00140	286.260,00
410103	2011PD00146	136.974,38
	TOTAL	426.858,59
	TOTAL GERAL	452.738,63

Habitação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Termo de Prorrogação de Convênio

Em cumprimento ao que dispõe a Cláusula Décima Primeira, do Decreto 54.199, de 02-04-2009, fica prorrogado o convênio referente ao Município abaixo discriminado. Valentim Gentil. Processo SH-1089-05-2009, prorrogado até 28-12-2011.

Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Comunicado

Em obediência ao artigo 5º da Lei 8.666-93 atualizada pela Lei Federal 8.883-94 e de acordo à Resolução 5-97, de 24-04-97, publicada em 10-05-97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Siafem:

PDS a serem pagas
260001
Data: 2-2-2011

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260101	2011PD00124	94,22
260101	2011PD00128	93,04
	TOTAL	187,26

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260106	2011PD00098	1.167,00
	TOTAL	1.167,00

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260113	2011PD00136	229,80
	TOTAL	229,80

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260115	2011PD00010	565,37
	TOTAL	565,37
	TOTAL GERAL	2.149,43

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo faz saber que foi prorrogado até 26-04-2011 o prazo de previsão de término do processo de revisão da Norma Técnica Cetesb E15.010 - Sistema de tratamento térmico sem combustão de resíduos dos grupos A e E - procedimento - versão junho-2007.

Resumo Executivo da Ata

Aos dezoito dias de novembro de 2010 reuniram-se no Auditório do Consetma, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Jr. nº 345, Prédio 6 - 1º andar, São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória da plenária extraordinária CBH-AT, nº 123/2010. Marco Antônio Palermo, Vice-presidente, (ABRH), conduzindo os trabalhos como Presidente em exercício desta reunião, deu as boas vindas. Disse que apesar de passarem um tempo sem reuniões o Comitê desenvolveu algumas atividades principalmente por parte das Câmaras técnicas e pelos Subcomitês. A Ata da reunião anterior, ocorrida em vinte e nove de março de 2010 foi aprovada. Houve alteração na pauta, o item 4- Apresentação do Plano Macrometrópole não ocorreu, e foi transferido para a próxima plenária. Pelos Informes da Presidência, Vice-presidência e da Secretaria Executiva, a prefeitura de Guarulhos enviou ofício ao Presidente do Comitê solicitando esclarecimento urgentemente quanto à implantação e responsabilidade da obra do dique do Jardim Romano. Edson José de Barros (Prefeitura de Guarulhos) complementou dizendo que a obra não vem seguindo o projeto, conforme havia sido divulgado também em jornal, citando que não tem o recuo em relação ao rio Tietê, a quantidade de remoção das casas previstas foi reduzida, os entulhos estão na margem do rio e a obra alcançou a margem do rio Tietê. Nas suas palavras: "A responsabilidade disso tem que ficar clara. Guarulhos está bastante preocupado deve inclusive propor alguma questão, estamos pedindo esclarecimentos, estamos querendo entender, porque temos medo, já entrou o período de chuvas." Comunicou que oficiaram o DAEE. O segundo ofício, encaminhado pelo Secretário de Meio Ambiente de Guarulhos solicitava envio de manifestação do Comitê relativo à obra do rodoanel. Edson fez uma ampla explanação, resumindo, esclareceu que já fez várias manifestações em reuniões anteriores, que ao seu ver cumpria ao Comitê a questão do uso do solo, em especial em área de proteção de mananciais e no controle de cheias. Que o plano de bacia do Alto Tietê apontava os conflitos em relação ao rodoanel, além do que podiam ser verificados os impactos, por exemplo no município de Osasco, em algumas regiões. Disse que não viu uma apresentação do rodoanel no Comitê "...tenho a impressão de que se abrimos mão de atuar enquanto uso do solo perdemos nosso sentido pela política nacional de recursos hídricos, então é melhor rever o papel do Consetma e agregar parte dessa representação naquela representação, porque inclusive as compensações são definidas todas no âmbito de uma Câmara específica com interesses e composições e específicas, sem representante dos

municípios." Precisavam trazer para o Comitê para entenderem a questão do controle de enchentes e do uso do solo. O Presidente encaminhou a questão das obras do dique do Jardim Romano para Câmara técnica de drenagem e regras operativas, com solicitação de manifestação e esclarecimentos até a próxima plenária. Maria Emília Botelho, Secretária Executiva do Comitê do Alto Tietê (SMA) solicitou que o Conselheiro representante de Guarulhos encaminhasse todos documentos disponíveis para facilitar os trabalhos da Câmara técnica. E com relação ao ofício do rodoanel o Comitê recebeu manifestação da Secretaria do Meio Ambiente-SMA propondo uma agenda de discussão no Comitê. Gilmar Mangueira da Silva (Prefeitura de São Bernardo do Campo) disse que pela urgência a reunião da Câmara técnica deveria ser extraordinária. O Presidente concordou. Miron Rodrigues da Cunha (APCMA) solicitou que fosse convidado também para a reunião o Conselho Gestor da APA do rio Tietê, e opinou que a obra deveria ser interdita imediatamente por não cumprimento das avaliações técnicas realizadas e pela inoportunidade da construção. O Presidente assegurou a participação do Conselho Gestor da APA da várzea do rio Tietê na reunião da Câmara técnica. Maria del Carmen (Prefeitura de Santana de Parnaíba) protestou, como ocorrido em reunião anterior, que o Subcomitê Pinheiros-Pirapora passou a ter apenas 1 cadeira para votação no Comitê através da representação do município Pirapora do Bom Jesus, mas que geralmente não envia seu representante para as reuniões. Assim e Santana de Parnaíba, perdeu duas cadeiras representativas, mas precisam de três. Solicitou que na eleição da próxima gestão o candidato à Presidente do Alto Tietê tenha mais tempo disponível e não deixe essa injustiça se repetir, inclusive porque os municípios da bacia do Subcomitê sofrem os impactos ambientais do rio Tietê impactando inclusive a qualidade de vida da população naquela região. O Vice-Presidente manifestou seu desagrado com a falta de publicação e divulgação do Plano da bacia do Alto Tietê, inclusive porque estavam próximos de completar dois anos da aprovação do Plano pela plenária do Comitê do Alto Tietê. Que consultou o executor e teve como resposta que havia ainda pendência com o agente técnico, por isso não liberaram a última parcela vinculada à publicação da edição do sumário executivo do Plano de bacia para distribuição no Comitê e aos interessados. Solicitou que a Secretaria Executiva emitisse ofício ao agente técnico IPT com pedido de esclarecimentos. Nelson Pedroso (AGDS) informou que a partir de março de 2011 deverá ocorrer um grande encontro estadual da sociedade civil, incluindo todos segmentos que atuam no sistema, e que em 20 de agosto ocorrerá em São Paulo o Encontro Nacional da Sociedade Civil, e como um informe da Câmara técnica de educação ambiental, posto ser o Coordenador, o Comitê aprovou o plano de ações de educação ambiental com a integração dos Subcomitês. O Vice-Presidente também informou que em 2011 será realizado o Fórum Mundial da Água, e é importantíssimo que o Comitê se prepare inclusive porque o Presidente do Fórum, professor Benedito Braga, é conselheiro do CRH, representando a entidade ABRH. Retomado o tema do plano de bacia Miron informou como Conselheiro do Cofehidro que na reunião daquele conselho realizada no dia 16/11 devido a inadimplência de prestação dos serviços dos agentes técnicos o Sr. Secretário de Meio Ambiente, Pedro Ubiratan, concedeu prazo de dez dias corridos para que os agentes técnicos em pendência se manifestem. Posicionou-se que deveria ser modificada a estrutura de hegemonia para análise técnica promovida pelos entes do estado e deveriam ser incluídos como agentes técnicos as Fundações, por exemplo as de Entidades Educacionais e Instituições da Sociedade Civil Organizada de renome e grande reconhecimento público, em contrapartida à centralização em órgãos e instituições governamentais que muitas vezes não são preparadas para atender a demanda da administração dos contratos de projetos Fehidro. Gilmar solicitou que todos projetos cancelados pelo Fehidro retornem para os cofres do Fehidro e que atendam os projetos que foram apresentados, inclusive os que estão em banco de projetos no Comitê do Alto Tietê. Raimundo Barbosa de Souza (União Brasileira de Atividades Comunitárias) solicitou encaminhamento de discussão no Comitê do Alto Tietê acerca do projeto dutos da Petrobrás, alertando do desmatamento exuberante que está ocorrendo no Parque Serra do Mar sem apresentação de plano de compensação. Disse ainda, em suas palavras: "...os municípios se omitem, inclusive querendo passar atestado de burrice para nós que estávamos lá, querendo colocar a responsabilidade exclusivamente em cima da Cetesb, e se tiver alguém aqui da Cetesb que ouça, porque nem compareceu a Petrobrás, o desrespeito é total, e nem a Cetesb, para dar explicação. Ficamos lá todos, com cara de bobos, é um desrespeito, nós sempre escutamos alguém questionando essa inércia, essa inadimplência dos agentes técnicos do estado. A população é quem paga mais caro em cima de todas essas circunstâncias, é aterrorizante vermos os animais migrando para Paranapiacaba, segundo informou o Secretário da prefeitura, e ninguém das prefeituras dá informação nenhuma porque as prefeituras do ABC, segundo ele apenas 2 entraram com pedido de compensação, e não existe informação alguma. Quando fui procurado em 2006 por uma Engenheira da Contreras, que estava fazendo o projeto dos dutos, nós todos naquela época estávamos acompanhando as audiências públicas do rodoanel, que muitas vezes chegava junto com um oficial de justiça, e eu coloquei para ela as atividades das entidades da região, e lamentavelmente o que ela disse para mim hoje vejo se confirmando, ela disse "A Petrobrás é uma super empresa e vai usar o rolo compressor, e com essas ONGs que você fala não se preocupe, foi isso que foi falado com as ONGs, a gente dá o que eles querem e eles calam a boca." Então é muito triste a sociedade civil ver a realidade, porque nós que moramos na área de proteção de mananciais, somos marginalizados por isso, vemos uma obra de uma mega empresa, (...) usa todo seu abuso do poder econômico, desmata, degrada, em cima do divisor de águas que é o rio das pedras e a Billings, e nossos municípios querendo transferir a culpa, o culpado é esse, culpado é aquele. Se não tomarmos uma providência, quer dizer, estamos todos fazendo o que aqui? Falou por mim, não vou ficar fazendo o papel de bobo, me preocupando, tentando conscientizar o morador, da situação que vivemos onde o poder público é quem não tem um mínimo de respeito com essa situação que é a questão ambiental. Gostaria que isso fosse analisado e convocado representantes da Petrobrás e da Sabesp para dentro desse Comitê porque é possível tomar uma atitude, do contrário sou obrigado a desistir também porque a sociedade civil parece que está muda, o Ministério Público está mudo ou omissivo, e as prefeituras não sabem de nada, parece que o slogan de não saber de nada pegou e colou." O Vice-Presidente disse que ocorreu no dia 18 de outubro uma reunião da Câmara técnica de planejamento para apresentação do empreendimento com o encaminhamento para que o parecer seja conjunto com os Comitês envolvidos: Alto Tietê, Piracicaba-Capivari-Jundiá, Sorocaba Médio Tietê, Baixada Santista, Mogi Guaçu e Pardo. Gilmar esclareceu que a prefeitura de São Bernardo do Campo/Secretaria de Gestão Ambiental realizará audiência pública sobre o EIA Rima do empreendimento implantação do poliduto da Unidutos de responsabilidade da Unidutos logística S/A em 02/12/2010 no anfiteatro da Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo. Bonifílio Alves (Prefeitura de Caieiras) disse que o Comitê precisava amadurecer os trabalhos e debates de licenciamento integrado, a análise integrada entre meio ambiente e recursos hídricos acerca dos grandes empreendimentos para que as medidas mitigatórias e compensatórias efetivamente pudessem contemplar os conflitos gerados na área de recursos hídricos, disse: "...um mecanismo para viabilizar isso passa muito hoje pela Câmara de compensação ambiental da Secretaria de estado do meio ambiente. Acontece que entre uma deliberação nossa e uma do Consetma, o que é definido depois e vai para a Câmara de compensação nem sempre gera uma compensação ou encaminhamento em termos de mitigação que vá atender a reivindicação que pontuamos aqui. Gostaria de já apresentar esse tema para debate internalizando e pedindo para a Secretaria executiva que internalize dentro da Câmara técnica de planejamento convidando os técnicos da Câmara de compensação pensando em estratégias e diretrizes, do ponto de vista de definir as diretrizes desse Comitê na análise desses empreendimentos no sentido de que elas se transformem em medidas con-

cretas lá na Câmara de compensação." Edson disse que precisavam avaliar bem as questões sobre compensação ambiental, principalmente na questão do uso do solo, alertando que também o colegiado não estava avaliando a reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo, a provisão de fornecimento de água e de efeito climático, e que já havia alertado quando das Leis Específicas, na confluência de Guarulhos com o Subcomitê Juquery Cantareira estavam colocando uma zona pouco restritiva em contato com a Cantareira, e agora há dois parques naquela zona com uma "zona morta" no meio. Era preciso promover no Comitê a interação do meio ambiente com os recursos hídricos, para tanto deveriam dialogar com o Consetma a questão das compensações. Bonifílio ponderou que a fala do conselheiro reforçava a necessidade de definirem procedimento e metodologia de trabalho conjunto. A Secretaria deu os informes do Comitê: participação nos eventos de 17-20/08 Congresso dos Comitês de bacia, 02-04/08 Pré Encontro de Comitês de bacia da região sudeste e centro oeste, 13-16 de setembro VIII Diálogo Interbacias, 25/09 na Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê-FABH Oficina regional de atualização das metas do PERH e a continuação em 10/09 em Sorocaba regionalmente com os Comitês do Alto Tietê, PCI, Sorocaba e Médio Tietê. Que receberam os seguintes processos: Unidutos logística, com o encaminhamento já informado pelo Vice-Presidente, a licença prévia ambiental para implantação do trecho norte do rodoanel Mário Covas a ser analisado pela Câmara técnica de planejamento e gestão na reunião de 30/11. Comunicou os demais compromissos da agenda do Comitê até o final do ano: 30/11 reunião da CTPG sobre o rodoanel e também para formação de Comissão de trabalho para audiência pública do Jurubatuba, 08/12 reunião na FABH-AT da Câmara técnica de educação ambiental, 09-10/12 Oficina do relatório de situação com o Comitê do Alto Tietê e Subcomitês, 14/12 reunião da CTPG para início dos trabalhos de elaboração da minuta do rodoanel, e dia 16/12 plenária do Comitê tendo na pauta a aprovação do relatório de situação, minuta do EIA Rima do rodoanel e aprovação do novo regimento das Câmaras técnicas. Informou que a nova Secretaria Executiva do Subcomitê Alto Tietê Cabecceiras é Zuleica Lisboa, representando a Cetesb. Foi aprovada por unanimidade a Deliberação CBH-AT nº. 04/2010 que dispõe sobre o preenchimento dos cargos em vacância no CBH-AT e seus Subcomitês referente ao mandato 2009-2011, dos representantes do segmento Sociedade Civil Organizada. Foram eleitos e empossados para o biênio 2009-2011: Espaço Formação Assessoria e Documentação para o Comitê do Alto Tietê, como suplente. Para o Subcomitê Pinheiros-Pirapora Associação de Promoção para o Crescimento e Desenvolvimento Social - Procees, como titular, Associação Condomínio Parque Primavera, suplente, Associação Amigos do Vila Verde, como suplente, e Associação Bandeirante dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos - ABEEA, como suplente. Márcia Nascimento, Secretária Executiva do Subcomitê Billings-Tamanduatei (SMA/APE) solicitou que a Secretaria Executiva do Comitê encaminhasse as análises das entidades da Sociedade Civil Organizada pelo Subcomitê Billings. Gerson Salviano (IPT) esclareceu que o agente técnico IPT solicitou ao tomador complementos burocráticos segundo exigência do manual operacional do Fehidro, em abril a FUSP encaminhou parte da documentação mas até o momento ainda faltavam documentos e o IPT estava contactando o tomador para sanar a falta da documentação a fim de poderem liberar a última parcela. A Secretaria disse que estavam acompanhando de perto a última etapa de entrega de documentação e que realmente não deveria passar novamente pela plenária do Comitê mas faltam alguns complementos por conta do agente financeiro, e solicitou a informação exata da documentação que faltava a fim de auxiliarem. Foi aprovada a Deliberação CBH-AT nº. 05/2010 que dispõe sobre a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos do Fehidro referente ao exercício de 2010. Antonio Abel Rocha da Silva, (Avepema) solicitou esclarecimentos sobre os recursos que deveriam ser destinados ao Comitê mas devido a uma operação errônea da CRHI não foram distribuídos ao Comitê do Alto Tietê. Quanto aos projetos cancelados a Secretária informou que existem prazos para CRHI contatar o projeto e atestar a desistência, a Secretaria está acompanhando, mas a CRHI ainda não oficializou o cancelamento. Raimundo solicitou esclarecimentos se o projeto da prefeitura de Mogi das Cruzes para adequação das estradas rurais era objeto de financiamento. Romildo de Pinho Campello (Prefeitura de Mogi das Cruzes) esclareceu que se tratava de estradas rurais em áreas de mananciais, portanto envolvendo os recursos hídricos, visto que propiciam assoreamento nos corpos d'água, além do que foi analisado pelas Câmaras técnicas e aprovado pelo Comitê sendo pontuado segundo critérios do Fehidro. Gerson complementou, as estradas vicinais são o caminho mais rápido carreando os sedimentos para drenagem, e projetos para adequação das estradas rurais são fundamentais pois atacam o problema de erosão e dos sedimentos. Nelson Pedroso disse "... [os recursos] mesmo que sair em 2011, estarão vinculados aquele banco de projetos. Só queria dar esse esclarecimento porque já há esse entendimento, já foi conversado diversas vezes, e apenas se adia, e não dá para entender porque isso não acontece mais rápido." E solicitou consulta à ata do CRH que contém a deliberação sobre os recursos retornarem ao Comitê, com repasse de 50% em 2010 e 50% em 2011. Eduardo Racciopi concordou com as colocações sobre a necessidade de revisão da distribuição das vagas por Subcomitê. Gilmar esclareceu à conselheira Carmen que o prefeito Luiz Marinho como representante dos prefeitos no CRH, apontou a falha de distribuição dos recursos Fehidro e que os recursos deveriam ser recompostos, e a partir daí o Presidente do CRH e na época Secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, de imediato providenciou para que a verba fosse repassada ao Comitê do Alto Tietê. O Presidente propôs comunicação formal solicitando ao Cofehidro informações imediatas sobre a devolução dos recursos para financiamento de projetos do Comitê. Pelo item Conselho Deliberativo da FABH-AT o Presidente informou que no dia 07/07/2010 em reunião da Sociedade Civil, conforme disponibilizada na ata daquela reunião, foram eleitas para o Conselho Curador da FABH-AT pelo segmento da Sociedade Civil Organizada: APCMA, OAB, Avepema Instituto Aruandista, CDPEMA e ABRH, e para o Conselho Fiscal ABES/SP. O colegiado do Comitê do Alto Tietê referendou as instituições eleitas. Gilmar solicitou que se registrasse os parabéns às entidades como de grande relevância para as comunidades da bacia, e de reconhecimento público. A Secretária informou que enviaria oficialmente a indicação das entidades eleitas ao Presidente da FABH-AT e ao Presidente do Conselho. Oscar Gozzi (SMA/CRHI) relatou em histórico o Projeto Pacto das Águas, instituído pela SMA, conforme já apresentado em reunião anterior do Comitê. Depois de avaliadas as propostas do projeto apresentadas pelos municípios a CRHI verificou algumas inconsistências, e ainda permitiam a correção dos dados de todos CBHs e envolvidos no processo, visto também o grande interesse e alcance internacional do trabalho. No site da Secretaria de Meio Ambiente as informações dos municípios que aderiram ao Pacto estavam disponíveis. Lembrou, como anunciado nas oficinas de revisão do Plano estadual de recursos hídricos, que está sendo consolidada a negociação de incluir o Plano no PPA de 2011, e um processo de pactuação com as diversas Secretarias de estado enquanto parceiras do Plano estadual. O Vice-Presidente reiterou a necessidade de efetiva participação do Comitê no plano estadual de recursos hídricos. Na sequência, no item de assuntos gerais, houve um amplo e detalhado debate promovido pelo segmento Sociedade Civil Organizada reivindicando o custeio de suas despesas a fim de que pudessem efetivamente participar das diversdas atividades relacionadas aos recursos hídricos representando a participação tripartite do Comitê do Alto Tietê, visto que os membros do colegiado pertencentes às esferas de governo estadual e municipal tinham suas despesas de viagem custeadas pelos seus respectivos órgãos. A íntegra dos argumentos e debates dos senhores conselheiros, as informações e demais contribuições, estão integralmente registradas, na forma como foram ditas, na ata de inteiro teor. Como resultado objetivo o debate em plenário obteve um consenso para formação de um Grupo de Trabalho composto pelos conselheiros Bonifílio representando o segmento municípios, Miron pela Sociedade Civil Organizada e José Augusto pelo segmento estado para apresentarem em plenária uma fórmula contemplando a equani-

midade dos direitos para efetiva participação também do segmento Sociedade Civil Organizada. Edson pediu esclarecimento por que o DERSA não havia se apresentado no Comitê acerca das compensações e demais questões relativas ao rodoanel pois em reunião anterior já havia solicitado a apresentação. Também disse " vejo que a questão do dinheiro que sai me preocupa muito, porque quando vejo o relatório (...) a Secretaria do estado recebeu laptops, carros para a Fundação, 23 viaturas, 7 para licenciamento e uma série de coisas que já estão registradas e esse Comitê não fez opção por nenhum recurso financeiro. Isso me preocupa porque muitas vezes o recurso já foi todo comprometido e não sabemos como, me preocupa a gente no dia 14 já estarmos fazendo um planejamento de minuta, sem termos uma apresentação e esse grupo de trabalho ter incorporado propostas desse plenário, então vejo que existe um problema de condução e queria rever essa condução, que esse grupo se reunisse após a apresentação em plenário, do Dersa, para que colha subsídios deste plenário e leve para discussão..." A Secretária esclareceu que as Câmaras técnicas existem justamente para a análise técnica prévia, após o que encaminham o parecer técnico à plenária, "Não estou dizendo que essa seja obrigatória para fecharmos uma minuta, só que temos um prazo legal de 60 dias para manifestação, porque só podemos na realidade, nós não deliberamos, nós temos encaminhamento de sugestões e alguma coisa que deva ser feita, que é o papel do Comitê, mas tenha certeza que a Dersa vai estar presente." Esclareceu que há diferenças entre as funções do Consetma e o Comitê do Alto Tietê. Edson solicitou que a representação do Dersa contemplasse o trecho oeste e sul, e a síntese das compensações como subsídio das discussões do trecho norte, disse "... eu quero saber o parecer que permitiu à Secretaria de Estado do Meio Ambiente adotar quanto ao nosso parecer, porque não pode ser de um Subcomitê, (...) o que está sendo levado como opinião deste Comitê perante a SMA para aprovar até agora as três fases do rodoanel." Bonifílio também foi participe da fala do conselheiro Edson. Laura Stela (SMA/CRHI) esclareceu referente ao Plano da Macrometrópole que foi elaborado um relatório diagnóstico da situação e apresentado aos Comitês de bacia mas ainda não foi aprovado o segundo relatório constando os estudos de alternativas. Maria del Carmen disse que na FABH-AT a representação de todos os Subcomitês têm sido respeitada, e devido à proximidade do término da gestão dos conselheiros curadores solicitou que cada Subcomitê apresentasse seu representante do segmento município, e o mesmo para o segmento estado e Sociedade Civil. Abel lembrou que o segmento da Sociedade Civil já elegeu seus representantes e opinou que devido a transição do novo Governo estadual provavelmente a indicação será prorrogada até janeiro. Francisco Toledo Piza, Diretor Presidente da FABHAT disse que já fez o comunicado oficial aos municípios e enviou cópia aos Secretários executivos. Comunicou também que a FABH-AT desenvolverá o Curso "Capacitação em Gestão de Contratos referentes a projetos contidos no Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos" em Cajamar com início em 06 de dezembro, e os interessados podem se inscrever. A Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê coordenou a confecção desta ata, que está em conformidade com a ata completa, a qual contém a íntegra desta reunião plenária ordinária, e está também em conformidade com as laudas taquígrafas. (Replicado por ter sido publicado com indicativo Comunicado e não Resumo Executivo da Ata CBH-AT 18-11-2010).

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU

Comunicado

A Procuradoria do Estado Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional de Bauru, faz saber que estarão abertas a todos os Procuradores do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período de 07 a 16 de fevereiro de 2011, as inscrições para preenchimento de 04 (quatro) vagas para integrar a Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na área do Contencioso da unidade.

O requerimento de inscrição, conforme modelo anexo, deverá ser endereçado à Procuradora Chefe da Procuradoria Regional de Bauru; assinado pelo interessado ou procurador habilitado; instruído com os seus dados pessoais (nome completo, endereço, telefone para contato e classificação) e entregue na sede da unidade, situada na Av. Rodrigues Alves, 7-48 Centro, Bauru, das 08:00 às 18:00 horas. Serão admitidas inscrições encaminhadas pelo correio ou malote, desde que cheguem à unidade até às 18:00 horas do dia 13 de fevereiro Serão admitidas, ainda, inscrições pela Internet, as quais deverão ser endereçadas para crueda@sp.gov.br, desde que enviadas até às 18:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2011.

Se o número de inscritos superar o de vagas, no dia 18 de fevereiro, às 14:00 horas, será procedido sorteio para escolha dos membros da Comissão e respectivos suplentes.

Na hipótese de não haver número suficiente de inscritos, a chefe da regional designará Procuradores da unidade para exercerem as funções.

O certame será realizado no primeiro semestre de 2011, ficando os Procuradores sorteados sujeitos aos prazos a serem fixados pela Presidência, devendo comparecer às reuniões que forem designadas, que se realizarão sempre na sede da Regional, sob pena de desligamento.

Dentre os sorteados, será designado, pela chefe da unidade, um Procurador para exercer a Presidência da Comissão, que coordenará os trabalhos e decidirá as questões sobre as quais não tiver havido consenso entre os integrantes da Comissão.

A Comissão ficará responsável pela divulgação do concurso; elaboração, aplicação e correção das provas de seleção; exame e decisão acerca de eventual recurso interposto; elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados; elaboração do relatório final do certame, bem como pela elaboração de atas de todas as reuniões realizadas, indicando-se a presença ou ausência de seus membros. Outras informações poderão ser obtidas no site da Procuradoria Geral do Estado: www.pge.sp.gov.br, na medida da disponibilidade do site ou pessoalmente no endereço de inscrição.

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ANEXO I

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PROCURADORA DO ESTADO CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU.

_____, Procurador(a) do Estado, classificado(a) na área do(a) _____,

_____, da Procuradoria _____

_____, domiciliado em _____, Estado de São Paulo, residente na _____

_____, Telefone(s) _____,

nº(s) _____, vem requerer sua inscrição para integrar a Comissão de Concurso de Estagiários desta Procuradoria Regional.

Termos em que, P. Deferimento. Bauru _____ de _____ de 2011.

assinatura do(a) interessado(a)